

## INTRODUÇÃO

### **Do ativismo à representação: por uma agenda de pesquisa sobre mídia, gênero e política**

**Kelly Cristina de Souza Prudencio**

Universidade Federal do Paraná | [kelly.prudencio5@gmail.com](mailto:kelly.prudencio5@gmail.com)

**Carla Candida Rizzotto**

Universidade Federal do Paraná | [carlarizzotto84@gmail.com](mailto:carlarizzotto84@gmail.com)

[editoras convidadas]

A pesquisa em comunicação, na sua interface com os estudos de gênero, tem contribuído para a compreensão das ações políticas dos feminismos contra as várias formas de desigualdade social. De acordo com Sarmiento (2013), os estudos que abordam a tríade gênero, mídia e política se dividem a partir de três preocupações centrais: a construção simbólica do gênero na mídia, a construção discursiva da representação política e o ativismo de mulheres na mídia.

A primeira abarca pesquisas preocupadas com a representação das relações de gênero nos produtos midiáticos. A forma como as mulheres são retratadas nesses espaços – comumente relegadas a um espaço privado restrito –, sua presença como fonte de informação jornalística e a falta de representatividade são temas frequentes. Encontram-

se aí também estudos sobre a cobertura midiática a respeito da violência de gênero, enquadrada muitas vezes como “ocorrências” perpetradas por homens “fora do normal”, compelindo a visão de que tais crimes são resultado de uma patologia individual, em vez de incorporar o problema ao contexto geral das relações econômicas e sociais.

Para Segato (2003), a violência de gênero é formada por dois eixos interconectados que se relacionam às noções de contrato e *status*. Verticalmente, um eixo composto por assimetria de poder na relação entre abusador e vítima, correspondente à esfera do *status*. Horizontalmente, um eixo relacionado à esfera do contrato, que marca relações simétricas entre o abusador e seus pares. Este último, tão essencial à perpetração da violência quanto o primeiro, pouco aparece nas pesquisas que se ocupam da relação entre mídia e gênero, apesar de estar profundamente associado a um aspecto discursivo que molda a relação de “confraria” entre os homens. A mídia e os produtos culturais, então, também são atores importantes na estruturação das relações de gênero, por contribuírem com a construção dos sentidos hegemônicos de masculinidade, que, de acordo com Bento (2015), inclui a homofobia como um princípio lógico fundamental.

O segundo tipo de preocupação apontado por Sarmiento (2013) se dirige ao ambiente midiático como espaço de construção do capital político das representantes políticas, sejam elas candidatas ou eleitas. Esse debate foi encorajado a partir do processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff, ocorrido em 2016, no qual se verificou a presença de preconceito de gênero contra a presidenta – começando com a própria controvérsia construída em torno do uso do substantivo em sua flexão de gênero. Uma importante coletânea reuniu textos em torno dos vários aspectos envolvidos nesse problema, incluindo um de autoria da vereadora carioca Marielle Franco (PSOL), assassinada em 14 de março de 2018. As organizadoras Rubim e Argolo (2018) argumentam que as questões de gênero foram minimizadas pela mídia ao longo da campanha do *impeachment*, o que caracteriza uma tentativa de silenciamento. Guazina, Prior e Araújo (2019) também publicaram coletânea que tratou da atuação da mídia no impedimento de Dilma e da forma como isso ressoou nas manifestações em redes sociais.

Outra obra fundamental para essa discussão é a de Miguel e Biroli (2011, p. 163), que discutem a forma como os meios de comunicação contribuem para a baixa participação política formal das mulheres, naturalizando as barreiras: “ao mesmo tempo que podem optar por um ou outro candidato, por uma ou outra plataforma política, os meios de comunicação de massa compartilham, em linhas gerais, uma compreensão sobre o que é a própria política: qual é o seu espaço, quais são os seus agentes”

A garantia da representação política das mulheres e de outros grupos potencialmente excluídos dos espaços políticos formais – que depende das percepções que envolvem o problema, produzidas mormente pelos processos midiáticos de circulação de sentidos – se constitui como um dos aspectos da teoria tridimensional da justiça, defendida por Fraser (2007; 2009). Para ela, a discussão sobre a justiça deve incorporar as dimensões econômica e cultural – equivalentes às lutas por redistribuição e reconhecimento – à dimensão política de representação, como caminho para a paridade de participação. Ela argumenta que

a participação paritária também envolve a noção de processo, que especifica um padrão procedimental pelo qual podemos avaliar a legitimidade democrática das normas: estas últimas só são legítimas se contarem com o assentimento de todos os concernidos em um processo de deliberação justo e aberto, em que todos possam participar como pares (FRASER, 2009, p. 37).

Isto significa que a injustiça da “falsa-representação” é exercida em um nível que Fraser (2009, p. 22) chama de “falsa representação política-comum”, indicando a exclusão desses grupos dos espaços formais de tomada de decisão política, mas também em um nível relacionado ao mau enquadramento, que exclui os indivíduos até mesmo do âmbito de consideração: “a consequência é um tipo específico de meta-injustiça, em que se negam a esses a chance de formularem reivindicações de justiça de primeira ordem em uma dada comunidade política”.

O terceiro eixo das pesquisas sobre mídia, gênero e política volta o olhar para os ativismos nos meios de comunicação (SARMENTO, 2013), recentemente com foco no ativismo digital. Destaca-se aí o caráter performativo da ação política, conforme indicamos em pesquisa na qual analisamos de que forma as imagens dos protestos sul-americanos de 2019 no Instagram apresentaram a ação política das mulheres. No ativismo de *hashtag*, “a narrativa perde seu caráter pessoal, íntimo, e é assumida por uma experiência de grupo: o que aconteceu com uma poderia ter acontecido com qualquer uma, criando uma consciência coletiva feminista” (PRUDENCIO et al, 2020, p. 6).

Como forma de comunicação dos movimentos sociais em geral, o ativismo político se caracteriza pelo esforço para inserir demandas na esfera pública de discussão. O ativismo político digital, por sua particularidade, tem se apresentado como um momento pré-deliberativo das lutas sociais, quando as forças em disputa são identificadas e os primeiros quadros da mobilização são elaborados nos ambientes digitais, para então serem postos à prova em testes discursivos com outros atores, em outras arenas. Como observamos em outra pesquisa (PRUDENCIO, 2020), há uma variação no uso das ferramentas digitais pelos ativistas: enquanto as lutas em torno de ampliação de direitos se orientam para a construção de uma identidade pública baseada na imagem do grupo, as lutas por retirada de direitos exploram a expressão individual.

Os movimentos feministas e de gênero se apropriaram de maneira peculiar das possibilidades das redes digitais, principalmente a partir de 2014, com o ativismo de *hashtag* em campanhas de conscientização. Pesquisas mostram como as *hashtags* criam uma narrativa coletiva a partir de relatos pessoais, como nas campanhas #MeToo (XIONG; CHO; BOATWRIGHT, 2018), #WhyIStayed (CLARK, 2016), #YesAllWomen (DADAS, 2017), #SomosTodosTaisAraujo e #SomosTodosMaju (SANTOS, 2018) e #EleNão (RIZZOTTO; SARAIVA; NASCIMENTO, 2021). Esse ativismo se coloca sempre contra uma cultura de opressão, dando visibilidade aos conflitos não resolvidos na sociedade (machismo, sexismo, racismo, etc.), ao explicitar a violência do conservadorismo sobre populações subordinadas social e politicamente.

A ofensiva conservadora contra a agenda da igualdade de gênero e da diversidade sexual coloca para a pesquisa na área o problema da crise da democracia. Essas ações atingem não somente as mulheres, mas também a população LGBTQIA+, compondo uma agenda midiática que, associada com a ascensão de tendências fascistas, se mostra problemática para as conquistas sociais e políticas duramente alcançadas no processo democrático.

A estrutura que mantém a subordinação das mulheres é também sedimentada em uma base de classe e raça, e é na impossibilidade de desarticulação destas opressões que reside a construção da perspectiva interseccional de gênero (SAFFIOTI, 2015). Segundo Biroli e Miguel (2008; 2015) este quadro é perpassado pelas representações dessas questões nos produtos midiáticos, cuja lógica interfere na condução do debate público.

Nessa direção, os estudos têm incorporado a discussão sobre a interseccionalidade como estratégia política para fazer frente às desigualdades sociais (COLLINS, 2015). Na medida em que os cortes de classe, raça, gênero, sexualidade, etnicidade, nacionalidade, capacidade, idade são fenômenos reciprocamente construídos, trata-se de relacioná-los com relações de poder e desigualdade engendrados pela cultura do patriarcado, capitalismo, sexismo, colonialismo, racismo, etarismo, capacitismo. De acordo com a autora, além da frente de atuação política, os estudos interseccionais têm também de emplacar a discussão na agenda acadêmica. Fraser (2010) fala em escalas de justiça, incorporando a pobreza global como mais uma entre as já consideradas, a qual produz o que ela chama de “precariado transnacional”.

Assim, este dossiê de **LÍBERO** traz algumas abordagens sobre as relações de poder que se dão nos espaços midiáticos, indicando que a pesquisa na área, embora já tenha tido um considerável avanço, ainda tem muito a desenvolver, tanto do ponto de vista teórico como metodológico. Os artigos aqui reunidos contribuem para estimular mais uma vez um debate que, como caracteriza a área de estudos, envolve um engajamento simultaneamente acadêmico e político.

## Referências

BENTO, Berenice. *Homem não tece a dor: queixas e perplexidades masculinas*. 2. ed. Natal: EDUFRN, 2015.

CLARK, Rosemary. Hope in a hashtag: the discursive activism of #WhyIStayed. *Feminist Media Studies*, v. 16, n. 5, p. 788-804, 2016.

COLLINS, Patricia Hill. Interseccionalidade's definitional dilemmas. *Annual Review of Sociology*, v. 41, p. 1-20, 2015.

DADAS, Caroline. Hashtag activism: the promise and risk of attention. In: WALLS, Douglas M.; VIE, Stephanie (Eds.). *Social Writing/Social Media: Publics, Presentations, and Pedagogies*. Boulder: University Press of Colorado, 2017. p. 17-36.

FRASER, Nancy. Injustice at Intersecting Scales: On 'Social Exclusion' and the 'Global Poor'. *European Journal of Social Theory*, v. 13, n. 3, p. 363-371, 2010.

\_\_\_\_\_. Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado. *Lua Nova*, São Paulo, n. 77, p. 11-39, 2009.

\_\_\_\_\_. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 291-308, maio/ago.2007.

GUAZINA, Liziane; PRIOR, Hélder; ARAÚJO, Bruno (Orgs.). *Desconstruindo uma queda: a mídia e o impeachment de 2016*. Florianópolis: Insular, 2019.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flavia. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergência na reprodução das desigualdades. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 20, n. 2, p. 27-55, jul./dez. 2015.

\_\_\_\_\_. *Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia*. São Paulo: Unesp, 2011.

\_\_\_\_\_. Gênero e política no jornalismo brasileiro. *Revista Famecos – Mídia, Cultura e Tecnologia*, Porto Alegre, n. 36, p. 24-39, ago. 2008.

PRUDENCIO, Kelly Cristina de Souza. Entre a cruz e a caldeirinha: ativismo digital e os limites para o debate público. In: FARIAS, Luiz Alberto de; LEMOS, Else; REBECHI, Claudia Nociolini (Orgs.). *Opinião pública, comunicação e organizações: convergências e perspectivas contemporâneas*. São Paulo: Abrapcorp, 2020. p. 194-209.

\_\_\_\_\_. et al. ¡Aquí estamos las mujeres!: a figura feminina nos protestos políticos sul-americanos de 2019 a partir de uma análise de imagens do Instagram. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 29., 2020, Campo Grande. *Anais...* Brasília: Compós, 2020.

RIZZOTTO, Carla Candida; SARAIVA, Aléxia; NASCIMENTO, Louize. #EleNão: Conversação política em rede e trama discursiva do movimento contra Bolsonaro no Twitter. In: CERVI, Emerson Urizzi; WEBER, Maria Helena (Orgs.). *Impactos político-comunicacionais nas eleições brasileiras de 2018*. Curitiba: CPOP, Carvalho Comunicação, 2021. p. 229-253.

RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (Orgs.) *O golpe na perspectiva de gênero*. Salvador: EDUFBA, 2018.

SARMENTO, Rayza. Mídia, gênero e política: breve mapeamento de horizontes analíticos. *Ação Midiática*, Curitiba, v. 2, n. 5, p. 1-15, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Janaína Aline. “O que o feminismo tem a ver com o dia da mulher?”: ressignificações do discurso sobre movimentos feministas por meio da interatividade em comentários de notícias no site de rede social Facebook. 2018. 131 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Linguagens) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2018.

SEGATO, Rita Laura. *Las estructuras elementales de la violencia*. Ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos. Bernal: Universidad de Quilmes, 2003.

XIONG, Ying; CHO, Moonhee; BOATWRIGHT, Brandon. Hashtag activism and message frames among social movement’s organizations: semantic network analysis and thematic analysis of Twitter during the #MeToo movement. *Public Relations Review*, v. 45, n. 1, p. 10-23, 2018.

**Kelly Cristina de Souza Prudencio**

Doutora em Sociologia Política. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Coordenadora do grupo de pesquisa Comunicação e Participação Política (COMPA).

**Carla Candida Rizzotto**

Doutora em Comunicação. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pesquisadora do grupo de pesquisa Comunicação e Participação Política (COMPA).